

# Apenas 2% dos docentes da UFRJ se declaram negros

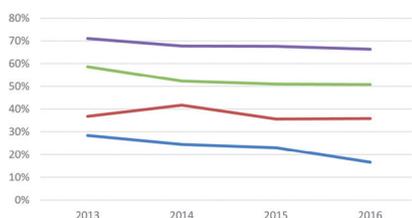
> **Levantamento realizado pela Adufrj mostra que percentual da UFRJ é menor do que a média das universidades federais, estaduais e particulares. Divulgação dos dados ocorre a menos de uma semana do Dia da Consciência Negra**

## DIRETORIA DA ADUFRJ

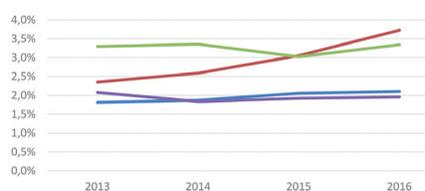
Os dados sobre a categoria cor/raça dos docentes das Instituições de Ensino Superior, especialmente para a UFRJ, ainda são parciais. Como se observa no gráfico 1, a proporção de professores das universidades públicas sem registro de cor/raça é muito elevada. A proporção dos que se declaram negros é mínima e se manteve estável nas universidades privadas e na UFRJ e houve um ligeiro aumento nas estaduais e municipais (gráfico 2).

A participação de quem se declara pardo é também menor na UFRJ (Gráfico 3). As limitações relacionadas com o preenchimento das informações sobre cor/raça – por si sugestivas das dificuldades de obtenção de evidências sobre discriminação –, não autorizam inferências consistentes sobre a participação dos docentes negros na UFRJ. Mas, os dados disponíveis evidenciam um enorme contraste entre a cor/raça da população brasileira e a de seus professores no ensino superior.

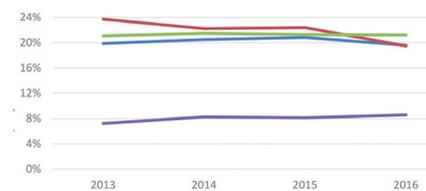
1 Proporção de docentes de IES sem declaração de cor/raça



2 Proporção de docentes de IES que se declaram PRETOS



3 Proporção de docentes de IES que se declaram PARDOS



Legenda: IES privadas (azul), IES estaduais ou municipais (vermelha), IES federais (verde), UFRJ (roxo)

Fonte: Censo do Ensino Superior, segundo categorias administrativas e UFRJ – Brasil, 2013 a 2016

## ILHAS DE BRANQUITUDE

Professor Antonio Carlos Fontes dos Santos (IF-UFRJ) & Rodrigo Fernandes Moraes (doutorando PEMAT-UFRJ)

■ Em 20 de Novembro comemoramos o Dia da Consciência Negra, constituindo um momento de reflexão sobre a importância da cultura e do povo africano na formação da identidade nacional. Este é um tema a ser discutido o ano inteiro. Uma questão relacionada é o confinamento racial\* nas IES brasileiras. Embora não saibamos quantos docentes negros temos nos quadros da UFRJ, por mera observação, notamos que esta ainda é uma ilha branca cercada por negros. Questiona-se

como que esta exclusão racial não tenha suscitado nenhuma discussão ou incômodo por parte dos acadêmicos brancos brasileiros\*. A prática de exclusão de pesquisadores negros não é recente. Três exemplos bem conhecidos são os intelectuais Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos e Edson Carneiro, estes dois últimos impossibilitados de ingressar na Universidade do Brasil\*. Esta exclusão se deve a um predomínio da cultura de matriz europeia na academia brasileira. Embevecidos por um discurso de origem eurocêntrica, nos-

as instituições estabelecem regras, critérios, conceitos e julgamentos do que são ou não classificados como qualidades em diversas especificidades das relações institucionais. Buscando reverter este quadro, ressaltamos a importância de fomentar no meio acadêmico um discurso inclusivo e plural, que leve em consideração questões de raça, gênero, religião, orientação sexual, origem social e que considere as diversas fontes culturais.

\*J.J. Carvalho, REVISTA USP, n.68, p. 88-103, 2005-2006.

# 48 HORAS DE MOBILIZAÇÃO E DEBATE

KELVIN MELO

kelvin@adufjrj.org.br

Foi intenso. Durante 48 horas, a Adufrj se desdobrou em três atividades de mobilização contra as reformas e em defesa dos investimentos em Ciência e Tecnologia.

No início da tarde do dia 10, a Seção Sindical promoveu o debate “Reformas e Medidas Provisórias: como nos afetam?”, na Faculdade Nacional de Direito. Em seguida, os professores reforçaram as fileiras do ato unificado convocado pelas centrais sindicais, também no Centro do Rio. No dia 11, mesmo debaixo de chuva, os docentes participaram da terceira edição da Marcha pela Ciência, na Praça Mauá.

No debate da última sexta-feira, a professora Denise Lobato Gentil, do Instituto de Economia, discutiu as estratégias do governo para tentar viabilizar a reforma da previdência junto à opinião pública. Já a assessora jurídica da Adufrj e professora da Faculdade Nacional de Direito, Ana Luisa Palmisciano, fez breves observações sobre as várias medidas, em tramitação ou já implantadas, que afetam os servidores.

Confira, a seguir, trechos das apresentações realizadas no dia 10.

DENISE GENTIL:

**CÁLCULO** “Quando a União faz o cálculo, não coloca a participação dela como empregadora do lado da receita. Só a contribuição dos servidores. Já ficam faltando aí 22%. Do lado da despesa, força o déficit, ao colocar os militares dentro do cálculo e ao incluir aposentados e pensionistas dos exterritórios federais, que não têm nada a ver com os servidores civis do Regime Jurídico Único.”

**DÉFICIT BAIXO** “O déficit com os servidores públicos, que já era pequeno, só faz cair desde 2012. Chegou a 0,9% do PIB em 2016. O que é baixíssimo. A renúncia que o governo fez só com as receitas da Seguridade Social, ano passado, foi de 2,3% do PIB. Ela abre mão de receita em favor das empresas e castiga os servidores. É uma brutal transferência de renda.”

**COMPARAÇÃO** “Nós fizemos todo um trabalho de comparação internacional, porque o governo permanentemente argumenta que o nosso sistema seria muito mais benevolente que os da Europa. O que a gente viu: na Europa, existe uma aproximação progressiva para a



Fernando Souza

Maria Lúcia Werneck, presidente da Adufrj; Ana Luisa Palmisciano, assessora jurídica e Denise Gentil, docente do IE

idade mínima. Ninguém tem uma idade mínima de 65 anos instituída imediatamente. Tem países que só em 2031 a idade será 65 anos. Aqui se quer fazer uma reforma muito mais dura.”

**RENÚNCIA** “Em 2017, está estimado pelo Ministério da Fazenda, que o Brasil vai perder R\$ 284 bilhões de renúncia. Daria para cobrir o déficit da previdên-

cia, se o governo fizesse o mínimo de esforço para conter as desonerações. Daria, ainda, para dobrar o Sistema Único de Saúde, os investimentos em transporte, a Ciência e Tecnologia.

**FAVORECIDOS** “Quem são os favorecidos da política de desonerações? Planos de saúde, grandes produtores rurais, bancos. Começou em 2009. Era para

estimular os investimentos. Mas o investimento privado só fez cair. Só que a política não era para gerar investimentos, era para gerar privilégios. Não se exige cumprimento da lei trabalhista, das leis previdenciárias, de lei ambiental. Não tem nenhuma condicionalidade.

ANA LUISA PALMISCIANO:

**REFORMA DA PREVIDÊNCIA** “A reforma não aprovada da Previdência traz algumas alterações que nos causam muito receio. Vejo pouca divulgação, por exemplo, sobre a impossibilidade de acúmulo de aposentadoria e pensão. É muito grave. A pessoa vai ter que optar. E existe outro aspecto da reforma que não permite ao servidor acumular aposentadoria do regime próprio com a aposentadoria do regime geral.”

**PDV** “Em relação à Medida Provisória 805, a adesão ao Programa de Desligamento Voluntário já foi regulamentada, mas os valores previstos para indenização do servidor são pagos de forma parcelada, que não podem exceder a remuneração. Então é uma grande armadilha num momento de desemprego, de recessão.”

## MILHARES CONTRA AS REFORMAS



Fernando Souza

■ Milhares de trabalhadores e estudantes foram às ruas no Dia Nacional de Luta, em 10 de novembro, contra as reformas trabalhista e previdenciária. Convocadas por movimentos sociais e sindicais, as manifestações realizadas em todo o país também exigiram a revogação da Lei das Terceirizações e da Emenda Constitucional 95/16, que congela os gastos públicos por 20 anos. No Rio de Janeiro, houve uma passeata da Candelária até a Cinelândia. A diretoria da Adufrj (foto) e vários professores da UFRJ participaram da atividade, que transcorreu em clima de tranquilidade. Os servidores da rede estadual também se destacaram no ato, protestando contra o atraso nos pagamentos de salários.

## Marcha pela Ciência criticou cortes em C&T

Fernando Souza



ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufjrj.org.br

Cariocas não gostam de dias nublados. Mas, quando o assunto é sério como o orçamento da Educação e das pesquisas, encaram até uma forte chuva como a que caiu durante a terceira edição da Marcha pela Ciência, sábado (11), na Praça Mauá. A programação foi garantida com disposição e bom humor pela comunidade acadêmica. “Houve o contratempo do tempo, mas, também, um número maior de entidades envolvidas desde a organização do

evento. O que é muito positivo”, avaliou Lígia Bahia, vice-presidente da Adufrj.

“Agora é centrar fogo na pressão sobre parlamentares que discutem as leis orçamentárias para 2018”, argumentou a professora. O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), professor Ildeu Moreira, reforçou a estratégia: “Toda a atenção no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa, para que possamos evitar cortes tão dramáticos como os previstos”. O representante da SBPC destacou que a Marcha também foi realizada em outras cidades na mesma data.

Material de campanha contra os cortes e em defesa do Conhecimento foi distribuído ao público. E a Cyclophonica, uma orquestra em cima de bicicletas animada pelo professor Leonardo Fuks, da Escola de Música, não deixou ninguém dispersar. “Ciência não é só Astronomia”, destacou: “Trabalho na Música diretamente com acústica”.

Na opinião do docente da UFRJ, “fazer arte e ciência hoje virou palavrão”. “O artista já era visto por parte da sociedade como alguém fora da realidade. Agora, o cientista também passa a ser questionado por teorias anticientíficas”, analisou.

“A extinção do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação foi o maior desastre no país nos últimos anos”, afirmou Luiz Antônio Elias, economista e ex-secretário do MCTI, em referência à fusão feita com a pasta das Comunicações, no governo Temer. “A consequência foi a desarticulação de redes e a perda orçamentária. Comunicação e Ciência são atores distintos”, justificou, em seguida.

MAIS AMPLO

Alguns cartazes chamaram mais atenção que outros. Foi o caso dos dizeres apresentados pela dupla de pós-graduandas

da Engenharia Química da Uerj: “Ciência, não silêncio”. “O corte de verbas é uma forma de silenciar a pesquisa”, explicou Isadora Pereira. “E não vamos nos calar frente ao que está acontecendo”, completou Alene Dutra.

O casal Jaime Oliveira e Caroline Oka compareceu pela segunda vez à Marcha. Ele é pesquisador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e ela, médica do município. “Tivemos um bom investimento em equipamentos nos últimos anos. Mas agora não conseguimos nem mesmo fazer a manutenção”, conta o físico.

# Internacionalização sem orçamento

> **Recursos de novo programa do Ministério da Educação são considerados insuficientes pela pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da UFRJ**

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufRJ.org.br

A pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa da UFRJ, Leila Rodrigues, criticou o recém-criado Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil (Capes/PrInt). A iniciativa do MEC pretende aportar R\$ 300 milhões anuais em até 40 propostas das universidades. A duração do apoio será de no máximo quatro anos.

“Era para ser um superdital”, argumentou a pró-reitora. “Mas trezentos milhões de reais, divididos entre até 40 instituições, é muito pouco”, completou. Leila informou que a primeira sinalização do MEC sobre o programa aconteceu durante encontro de pró-reitores da área há um ano: “Eles falaram que a descontinuidade do Ciência sem Fronteiras liberaria verbas para outro tipo de ações na colaboração internacional”.

A assessoria da Capes não confirmou



Divulgação/CNPq

**CAPES** não confirmou se verbas do novo programa vêm do Ciência Sem Fronteiras

se as verbas do novo programa têm origem no fim do Ciência Sem Fronteiras.

De acordo com o edital, um dos objetivos do programa é estimular a formação de redes de pesquisas internacionais. As instituições concorrentes devem ter no mínimo quatro programas de pós-graduação recomendados

pela Capes nas duas últimas avaliações e, pelo menos, dois cursos de doutorado na mesma situação: “Uma instituição com quatro programas dentro dos critérios compete da mesma forma que uma instituição do porte da UFRJ”, apontou a pró-reitora. “Não há diferenciação entre universidades e institutos. Ou entre instituições públicas e não públicas”, acrescentou Leila.

Na UFRJ, uma portaria de 11 de maio instituiu um Comitê Gestor, com representantes dos Conselhos de Ensino de Graduação e de Ensino para Graduados (CEG e CEPG), para tratar da política de internacionalização da universidade. E, segundo a pró-reitora, o assunto foi discutido em sucessivas reuniões do comitê com diretores e decanos, além dos colegiados acadêmicos.

## PRAZO

O prazo para inscrição de propostas das instituições vai até 18 de abril de 2018. E a divulgação do resultado está prevista para julho de 2018.

## AGENDA

### 13 NOV REITORIA E ADFRJ DISCUTEM AGENDA PARA ENFRENTAR CORTES

A diretoria da Adufrj se reuniu com o reitor Roberto Leher para discutir a situação da universidade e definir uma agenda conjunta para enfrentar a redução orçamentária e os cortes previstos para o ano que vem. O encontro foi solicitado pelo reitor e ocorreu no Instituto de Economia, com a presença de todos os diretores da Seção Sindical, do reitor, da vice-reitora

Denise Nascimento e dos pró-reitores Maria Malta e Agnaldo Fernandes. O próximo encontro já está marcado e ocorrerá na próxima terça-feira. “Foi uma reunião produtiva. Analisamos os graves impactos dos cortes nas universidades e começamos a traçar uma agenda para enfrentar 2018”, resumiu a presidente da Adufrj, professora Maria Lúcia Werneck.

### 24 NOV REUNIÃO DO NOVO CR

O Conselho de Representantes da Adufrj irá se reunir na sexta-feira, 24, às 9h, no Coppead, sala 218, no Campus do Fundão. Será a primeira reunião entre a nova diretoria da Seção Sindical e os novos conselheiros. A pauta do encontro está centrada na criação de grupos de trabalho para o desenvolvimento das atividades da Adufrj.